

Domingo de manhã

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025**

**01 – ANALISTA JURÍDICO**

**Instruções**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala e aguarde o 2º sinal sonoro para **abrir** este caderno de questões e **iniciar** a prova.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Após o 2º sinal, certifique-se de que este caderno de questões:
  - contém 70 (setenta) questões;
  - **refere-se ao número e ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. O candidato deve assinar a(s) sua(s) Folha(s) Definitivas de Resposta(s), sobre pena de eliminação.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. Haverá o toque do 3º sinal sonoro de encerramento das provas, conforme controle do quadro de sala.
8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de  
**QUALIDADE**  
Fundatec



V3\_01/10/2025 17:09:22

**Eco  
Friendly**  
A Fundatec utiliza papel  
com certificação florestal  
e tinta biodegradável.

Concursos  
**fundatec**  
ISO 9001



## O papel da Defensoria Pública como instrumento de efetivação do acesso à justiça dos vulneráveis

Por César Augusto Luiz Leonardo e Aline Buzete Gardinal

01 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura, em seu art. 5º, inciso  
02 XXXV, o acesso à justiça como expressão do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional  
03 (ou direito de ação), enunciando que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão  
04 ou ameaça de direito". A efetivação de tal garantia diante de uma sociedade fragmentada e  
05 fragilizada, com a existência de pessoas vulneráveis e grupos minoritários com especiais  
06 dificuldades e entraves para obter guarida jurisdicional, é a preocupação que move o presente  
07 estudo, por meio de uma pesquisa doutrinária e jurisprudencial a respeito do papel da Defensoria  
08 Pública no sistema jurídico brasileiro, como aquela instituição legitimada a dar voz aos  
09 \_\_\_\_\_. Vislumbra-se a necessidade de uma verdadeira "revolução democrática", e o  
10 protagonismo da Defensoria Pública nesse jogo, a fim de dar equilíbrio .... disputas judiciais  
11 envolvendo vulneráveis, é o que se coloca em questão.

12 Evidente que, conquanto ainda muito atual, a luta pelo acesso à justiça ao alcance de  
13 todos encontra no Direito Canônico uma das principais referências históricas, pois, iluminado  
14 pelos valores cristãos, trouxe a figura dos *advocati pauperum*, que tinha como finalidade atender  
15 as pessoas carentes de recursos, as viúvas e os órfãos, de modo que tais figuras se tornaram  
16 precursores da assistência judiciária.

17 Nota-se que, nos séculos XVIII e XIX, a solução dos conflitos civis refletia a  
18 individualização do Direito, partindo-se da compreensão de que não cabia ao Estado sua  
19 intervenção ou preservação, destacando sua posição passiva na solução dos litígios – é dizer: o  
20 Estado não estava preocupado com a incapacidade de muitos em se utilizar da justiça e de suas  
21 instituições simplesmente por não terem condições de arcar com seus custos.

22 O denominado Estado Liberal tinha um forte assento individual e não intervencionista,  
23 uma vez que se baseava na premissa de que todos os seres humanos nascem iguais, devendo  
24 desenvolver suas potencialidades cujo aproveitamento, basicamente, posicionava-os na  
25 sociedade.

26 Já, no século XX, com a evolução e o crescimento das sociedades, em especial a partir da  
27 Primeira Guerra Mundial, tal modelo foi perdendo espaço nos países mais desenvolvidos, de  
28 forma que a visão individualista dos direitos foi ficando para \_\_\_\_\_. Entretanto, referindo-se ao  
29 princípio do século passado tanto na Áustria quanto na Alemanha, Boaventura Santos faz  
30 referências .... frequentes "denúncias das discrepâncias entre a procura e a oferta de justiça".

31 No Brasil, a Constituição Federal de 1988, influenciada por movimentos europeus de  
32 direitos sociais e pelo conhecido *Welfare State* (Estado do \_\_\_\_\_ Social), inaugurou um  
33 novo modelo de Estado, buscando .... real efetivação de direitos fundamentais, sejam eles  
34 individuais ou coletivos, bem como a efetivação dos direitos sociais – reconhece-se que a função  
35 básica do Estado é, além de promover o crescimento econômico, assegurar a proteção dos  
36 cidadãos mais desfavorecidos.

37 Esse novo modelo de Constituição originou-se de uma mobilização da sociedade brasileira  
38 em busca da democracia, a qual tinha por objetivo efetivar os direitos fundamentais, entre os  
39 quais merece destaque o direito de acesso à justiça.

40 Atualmente, a partir do atual estágio de desenvolvimento do Estado Democrático de  
41 Direito, sobretudo diante do fenômeno da judicialização da política e das relações sociais,  
42 evidencia-se o protagonismo do Poder Judiciário, de modo que o processo judicial passa a ser  
43 visto como um instrumento privilegiado de participação política e de exercício da cidadania, e,  
44 com efeito, a lei não pode ser vista apenas sob um enfoque estático, de regramento e disciplina  
45 destinado a manter o *status quo*, mas também passa a exercer importante função  
46 transformadora, de inegável influência na realidade social.

(Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3527> – texto adaptado especialmente para esta prova).

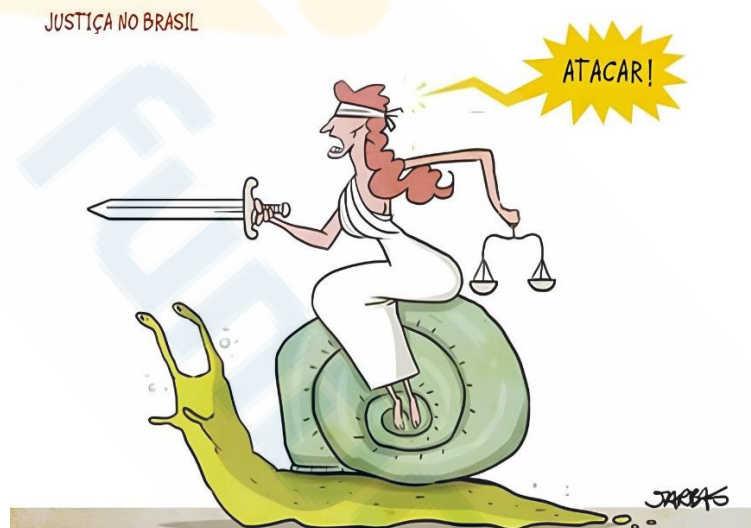
**QUESTÃO 01** – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. O *corpus* de leis que regem a Igreja Católica pode ser considerado como um anúncio do que viria a ser a assistência judiciária.
- II. O texto é oriundo de uma pesquisa realizada com vistas a analisar o papel da Defensoria Pública na garantia do acesso ao sistema jurídico a todos.
- III. Para o Estado Liberal, cabia ao Estado dar garantia de acesso à justiça a todos os cidadãos a fim de manter-se o ideal de igualdade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 02** – Leia a charge a seguir e as asserções acerca de sua relação com o texto-base desta prova:



Fonte: Jarbas Domingos (c2018). Disponível em: <https://www.jarbasdomingos.com/>

- I. Tanto o texto-base quanto a charge abordam um mesmo assunto: a justiça.

**CONTUDO**

- II. O texto aborda o papel da Defensoria Pública na garantia do acesso à justiça para todos, e a charge, a questão da lentidão da justiça.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma ressalva correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma ressalva correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 03** – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 10, 30 e 33.

- A) às – as – à
- B) às – às – à
- C) as – às – a
- D) às – às – a
- E) as – as – à

**QUESTÃO 04** – Considerando a ortografia das palavras em Língua Portuguesa, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 09, 28 e 32.

- A) hiposuficientes – atrás – Bem-Estar
- B) hiposuficientes – trás – Bem Estar
- C) hipossuficientes – traz – Bem Estar
- D) hipossuficientes – trás – Bem-Estar
- E) hipossuficientes – traz – Bem-Estar

**QUESTÃO 05** – A respeito do emprego dos pronomes relativos, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Na linha 24, o pronome “cujo” poderia ser substituído por “do qual” sem causar alterações à correção e ao sentido do trecho.
- ( ) Na linha 38, o pronome relativo “a qual” poderia ser substituído por “que” sem causar prejuízo à correção do trecho.
- ( ) Nas linhas 38-39, o pronome relativo “os quais” não poderia ser substituído por “que”, tendo em vista ocorrer após uma preposição com mais de uma sílaba.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F.
- B) F – V – V.
- C) V – V – V.
- D) F – F – V.
- E) V – V – F.

**QUESTÃO 06** – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando as conjunções sublinhadas às ideias por elas conferidas aos trechos apresentados.

**Coluna 1**

1. Consequência.
2. Concessão.
3. Oposição.

**Coluna 2**

- ( ) “conquanto ainda muito atual” (l. 12).
- ( ) “de modo que tais figuras se tornaram precursores da assistência judiciária” (l. 15-16).
- ( ) “Entretanto, referindo-se ao princípio do século” (l. 28-29).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 3 – 2 – 1.
- B) 1 – 3 – 2.
- C) 2 – 3 – 1.
- D) 3 – 1 – 2.
- E) 2 – 1 – 3.

**QUESTÃO 07** – Assinale a alternativa na qual a palavra apresentada NÃO tenha sido formada por derivação prefixal com a adição de um prefixo negativo.

- A) Inafastabilidade.
- B) Incapacidade.
- C) Discrepância.
- D) Desfavorecidos.
- E) Inegável.

**QUESTÃO 08** – Considerando a palavra “entraves” (l. 06), analise as assertivas a seguir:

- I. Trata-se de um substantivo uniforme que pode ser classificado como simples e comum.
- II. Um sinônimo possível para a palavra é “obstáculos”.
- III. Não se identifica a ocorrência de dígrafos em “entraves”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 09** – Assinale a alternativa na qual a palavra sublinhada NÃO seja um pronome demonstrativo.

- A) “como aquela instituição legitimada” (l. 08).
- B) “é o que se coloca em questão” (l. 11).
- C) “incapacidade de muitos em se utilizar da justiça” (l. 20).
- D) “tal modelo foi perdendo espaço” (l. 27).
- E) “Esse novo modelo de Constituição” (l. 37).

**QUESTÃO 10** – Analise as seguintes propostas de alteração do texto:

- 1. A substituição da palavra “muito” por “bastante” na linha 12 não acarretaria alteração significativa ao sentido do trecho.
- 2. A supressão da expressão “de recursos”, na linha 15, não impediria a compreensão de que as pessoas de que trata o trecho possuem pouco poder aquisitivo.
- 3. A substituição da palavra “básica” por “essencial”, na linha 35, não alteraria o sentido original do trecho.
- 4. Na linha 37, a inserção da expressão “de toda a” antes da palavra “sociedade” não impediria que se compreendesse que a mobilização se deu por parte da sociedade como um todo.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

- A) 03.
- B) 05.
- C) 07.
- D) 08.
- E) 10.

**QUESTÃO 11** – Considerando o emprego referencial dos pronomes como um recurso coesivo, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Na linha 19, o pronome possessivo em “sua posição passiva” estabelece uma relação entre os substantivos “posição” e “Estado”.
- ( ) Na linha 24, o pronome pessoal “os” tem como referente “seres humanos”, na linha anterior.
- ( ) Na linha 33, o pronome pessoal “eles” retoma “movimentos europeus de direitos sociais”, nas linhas 31 e 32.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V.
- B) F – V – F.
- C) F – V – V.
- D) V – V – F.
- E) V – F – F.

**QUESTÃO 12** – Considerando o emprego dos sinais de pontuação, analise as assertivas a seguir:

- I. Nas linhas 03 e 04, o emprego das aspas indica a citação direta de um trecho da Carta Magna.
- II. Na linha 19, o emprego dos dois pontos introduz uma oração subordinada apositiva.
- III. Nas linhas 31 e 32, as vírgulas separam uma oração subordinada reduzida de participípio.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 13** – Assinale a alternativa que indica corretamente a função sintática da oração subordinativa sublinhada no trecho a seguir:

“partindo-se da compreensão de que não cabia ao Estado sua intervenção ou preservação”.

- A) Sujeito.
- B) Complemento nominal.
- C) Adjunto adnominal.
- D) Objeto direto.
- E) Objeto indireto.

**QUESTÃO 14** – Leia o período a seguir, retirado do texto.

“O denominado Estado Liberal tinha um forte assento individual e não intervencionista, uma vez que se baseava na premissa de que todos os seres humanos nascem iguais, devendo desenvolver suas potencialidades cujo aproveitamento, basicamente, posicionava-os na sociedade”.

Sobre esse trecho, analise as assertivas a seguir:

- I. O período é composto por quatro orações.
- II. Identifica-se no período uma oração adverbial.
- III. Há no trecho a presença de uma oração reduzida.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 15** – Assinale a alternativa que indica a correta transposição do trecho a seguir, retirado do texto, para a voz passiva:

“tal modelo foi perdendo espaço nos países mais desenvolvidos”.

- A) O espaço foi sendo perdido por tal modelo nos países mais desenvolvidos.
- B) O espaço foi perdido por tal modelo nos países mais desenvolvidos.
- C) Os países mais desenvolvidos foram tendo o espaço perdido por tal modelo.
- D) Os países mais desenvolvidos tiveram o espaço perdido em tal modelo.
- E) Os países mais desenvolvidos tiveram o espaço perdido por tal modelo.

**QUESTÃO 16** – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando cada conceito ao trecho correspondente, de acordo com o significado que as palavras sublinhadas apresentam. Desconsidere eventuais divergências de gênero e número.

**Coluna 1**

1. Concretização.
2. Talento.
3. Principalmente.
4. Concepção.

**Coluna 2**

- ( ) "devendo desenvolver suas potencialidades" (l. 23-24).
- ( ) "de forma que a visão individualista dos direitos" (l. 27-28).
- ( ) "bem como a efetivação dos direitos sociais" (l. 34).
- ( ) "sobretudo diante do fenômeno da judicialização" (l. 41).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 3 – 4 – 1.
- B) 4 – 2 – 1 – 3.
- C) 1 – 3 – 2 – 4.
- D) 4 – 3 – 1 – 2.
- E) 2 – 4 – 1 – 3.

**QUESTÃO 17** – Considerando o emprego de linguagem figurada, analise as assertivas a seguir:

- I. A expressão "dar voz", na linha 08, é empregada em sentido literal.
- II. Na linha 13, a palavra "iluminado" foi empregada em sentido metafórico.
- III. Na linha 22, a expressão "Estado Liberal" foi empregada numa hipérbole.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 18** – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando a função sintática aos respectivos termos sublinhados.

**Coluna 1**

1. Adjunto adnominal.
2. Complemento nominal.

**Coluna 2**

- ( ) "ao alcance de todos" (l. 12-13).
- ( ) "solução dos conflitos civis" (l. 17).
- ( ) "crescimento das sociedades" (l. 26).
- ( ) "denúncia das discrepâncias" (l. 30).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 1 – 2 – 1.
- B) 1 – 1 – 2 – 2.
- C) 2 – 1 – 1 – 1.
- D) 2 – 2 – 2 – 1.
- E) 1 – 2 – 1 – 2.

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**QUESTÃO 19** – Considerando os desafios jurídicos da aplicação da LGPD no contexto da Inteligência Artificial (IA), analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) A LGPD garante ao titular o direito à revisão de decisões automatizadas que afetem seus interesses.
- ( ) Sistemas de IA que operam com algoritmos opacos não precisam seguir os princípios de finalidade e transparência previstos na LGPD.
- ( ) A verificação humana é recomendada em aplicações críticas de IA, como decisões judiciais ou análise de crédito.
- ( ) A LGPD proíbe expressamente o uso de IA em qualquer atividade que envolva dados pessoais sensíveis.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F.
- B) V – F – F – V.
- C) V – V – F – F.
- D) F – F – V – V.
- E) F – V – V – F.

**QUESTÃO 20** – Em relação às funcionalidades avançadas do Microsoft Word 2016, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) O modo de exibição "Revisão" permite sugerir alterações sem modificar diretamente o conteúdo original do documento.
- ( ) A guia "Referências" é utilizada exclusivamente para inserir imagens e gráficos em documentos jurídicos.
- ( ) O recurso "Controlar Alterações" pode ser ativado para registrar modificações feitas por diferentes revisores.
- ( ) A Faixa de Opções pode ser personalizada para incluir comandos específicos utilizados com frequência.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – V.
- B) F – V – V – F.
- C) V – V – F – V.
- D) V – F – F – F.
- E) V – F – V – V.

**QUESTÃO 21** – Sobre as funcionalidades avançadas do Microsoft Excel 2016, analise as afirmações abaixo:

1. A função PROCV permite buscar um valor em uma coluna e retornar um valor correspondente de outra coluna na mesma linha.
2. A função CONT.SE pode ser utilizada para contar células que atendem a um critério específico.
3. O Excel não permite a criação de funções personalizadas por meio de VBA.
4. A guia "Fórmulas" oferece recursos como auditoria de fórmulas e gerenciamento de nomes.
5. A função SOMASES permite somar valores com base em múltiplos critérios.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

- A) 06.
- B) 08.
- C) 09.
- D) 10.
- E) 11.

**QUESTÃO 22** – Durante uma análise de conformidade digital, um analista jurídico identificou que o navegador utilizado pela equipe jurídica não bloqueia rastreadores automaticamente, o que compromete a privacidade dos dados acessados. Considerando os navegadores atualizados em 2025, qual deles oferece, por padrão e sem necessidade de extensões, bloqueio nativo de rastreadores, incluindo *cookies* de terceiros e *scripts* de rastreamento?

- A) Google Chrome.
- B) Microsoft Edge.
- C) Mozilla Firefox.
- D) Internet Explorer 11.
- E) Opera GX.

## DIREITO CIVIL

**QUESTÃO 23** – Sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

- A) Pode ser utilizada no Direito do Consumidor, embora sem previsão normativa, por força da chamada teoria maior, exigindo a ocorrência de desvio de finalidade ou a confusão patrimonial e a insolvência da entidade societária.
- B) Acarreta a extinção da personalidade jurídica da sociedade empresária, implicando o cancelamento da inscrição da entidade no Registro Público de Empresas Mercantis.
- C) É atípica, mas admitida por entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Pode ser aplicada de ofício pelo julgador ou a pedido da parte interessada, tanto em relações civis, empresariais ou consumeristas.
- E) A mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica não constitui desvio de finalidade autorizador da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

**QUESTÃO 24** – Luís, ao atravessar a via pública, na faixa de pedestres, foi atropelado por veículo conduzido por motorista embriagado, o que lhe causou danos físicos. Em função das lesões sofridas, ele foi hospitalizado por 15 dias e ficou com algumas cicatrizes em seu corpo. Luís é trabalhador autônomo e deixou de exercer suas atividades profissionais no período da internação hospitalar. Em eventual demanda judicial, Luís poderia pleitear indenização:

- A) Exclusivamente por danos morais e estéticos.
- B) Por danos materiais, na forma de lucros cessantes, e por danos morais, sendo a lesão estética considerada como critério de quantificação da compensação dos danos morais.
- C) Por danos materiais, na forma de danos emergentes, e por danos estéticos, sendo os transtornos decorrentes da lesão corporal e da internação considerados como critério de quantificação da compensação por danos estéticos.
- D) Por danos materiais, na forma de danos emergentes e lucros cessantes, estando incluídos no valor destas indenizações a compensação pelos danos estéticos, que não possuem natureza autônoma.
- E) Por danos materiais, na forma de lucros cessantes, danos morais e danos estéticos, cumulados.

**QUESTÃO 25** – Marco invadiu uma casa de veraneio, passando a residir no local. Considerando que o imóvel necessitava de reparos, realizou o conserto de encanamentos e a troca do telhado que estava em condições precárias, com o risco de desabar. Marco também realizou a abertura de janelas para melhor ventilação e construiu uma churrasqueira. Caso o proprietário venha a ajuizar demanda judicial e retomar a posse do imóvel, é correto afirmar que Marco:

- A) É possuidor de boa-fé e, portanto, terá direito de ser ressarcido por todos os gastos realizados no imóvel.
- B) Mesmo sendo possuidor de boa-fé, somente terá direito de ser indenizado pelas benfeitorias necessárias, ou seja, pelo gasto com o conserto do encanamento e com a troca do telhado.
- C) É possuidor de má-fé e, portanto, não terá direito de ser ressarcido pelos gastos realizados no imóvel.
- D) É possuidor de má-fé e será ressarcido somente pelos gastos com as benfeitorias necessárias.
- E) É possuidor de má-fé e será ressarcido pelos gastos com as benfeitorias necessárias e as úteis.

**QUESTÃO 26** – Sobre a obrigação alimentar dos avós, é correto afirmar que:

- A) Não é admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo a obrigação alimentar exclusiva dos pais.
- B) É solidária com os pais, sendo facultado ao credor de alimentos a escolha de exigir o seu cumprimento pelos pais ou pelos avós.
- C) Tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.
- D) Tem natureza exclusivamente complementar e parcial, de forma que os avós não podem ser chamados a responder pela integralidade do valor da obrigação alimentar.
- E) Somente é admitida na hipótese de falecimento do genitor que estiver obrigado a realizar o pagamento da prestação alimentar.

**QUESTÃO 27** – Antônio, na condição de locatário, firmou contrato de locação de imóvel com finalidade empresarial, sendo Júlia sua fiadora. De acordo com o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- A) O imóvel de propriedade de Júlia, no qual ela reside, poderá ser penhorado para pagamento da dívida locatícia.
- B) Antônio e Júlia são devedores solidários, independentemente de previsão contratual nesse sentido.
- C) Júlia é considerada devedora subsidiária, sendo nula cláusula contratual em sentido contrário.
- D) Júlia é devedora principal, e Antônio, devedor subsidiário.
- E) Se Júlia for casada, é necessária a anuência de seu cônjuge para ela atuar como fiadora, independentemente do regime de bens do casamento.

**QUESTÃO 28** – João e Maria conviveram em união desde 2000, tendo formalizado a relação em 2015. O casal não teve filhos. Recentemente, ainda durante a união estável, João faleceu. Sabe-se que o falecido não tem ascendentes, tendo como irmãos José e Carlos. O primeiro é falecido, deixando dois filhos, e o segundo é casado com Ana e não possui filhos. Considerando o caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) Maria não pode ser considerada herdeira, pois a sucessão na união estável difere da sucessão no casamento.
- B) Maria será considerada a única herdeira de João.
- C) A sucessão será deferida exclusivamente a Carlos.
- D) A sucessão será deferida exclusivamente a Carlos e aos dois filhos de José, sendo dividida em partes iguais entre os três herdeiros.
- E) Concorrerão à sucessão Maria, Carlos e os dois filhos de José, que receberão quinhões iguais.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**QUESTÃO 29** – A Defensoria Pública de Santa Catarina ajuizou uma ação civil pública em face da empresa Y na defesa das pessoas vulneráveis. A empresa Y é condenada em primeira instância ao pagamento de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) por danos morais coletivos. A sentença fixou honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. A empresa Y não recorreu da condenação. Entretanto, o sócio João ingressou voluntariamente como terceiro interessado no processo com o propósito de interpor o recurso de apelação. O TJSC manteve a condenação e majorou os honorários advocatícios para que o terceiro interessado realizasse o pagamento. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta sobre o pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do CPC e entendimentos do STJ.

- A) O terceiro interessado não poderá ser responsabilizado pelo pagamento de honorários advocatícios.
- B) Não é possível a majoração dos honorários advocatícios em sede recursal por recurso apresentado por terceiro interessado.
- C) Nas ações civis públicas cuja condenação seja superior a um milhão de reais, o STJ possui o entendimento que os honorários advocatícios são limitados ao importe de 10%, não se aplicando a possibilidade de sua majoração em sede recursal.
- D) O pagamento dos honorários advocatícios é de responsabilidade exclusiva da empresa Y.
- E) Mesmo que o recurso de um terceiro interessado não seja conhecido, ele ainda terá que pagar honorários recursais se a decisão da qual ele recorreu já previa honorários e os outros requisitos legais foram cumpridos.

**QUESTÃO 30** – A inexistência de um processo que por si só fosse capaz de tutelar determinados direitos levou o legislador a engendrar os chamados “procedimentos especiais”. Considerando esse contexto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta sobre os procedimentos especiais.

- I. Nos embargos de terceiro, constitui legitimado ativo o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.
  - II. Nos embargos de terceiro, a decisão que reconhecer suficientemente provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse de forma automática.
  - III. A propositura de uma ação possessória ao invés de outra não obstará que o Magistrado conheça o pedido e outorgue a proteção legal devida.
  - IV. Quando se tratar de obrigação em dinheiro, é necessário que primeiro seja realizada a consignação extrajudicial para que, após a manifesta a recusa, seja ajuizada a consignação em pagamento judicial.
- A) Todas as assertivas estão corretas.  
B) Todas as assertivas estão incorretas.  
C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  
D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.  
E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 31** – Aguiar é credor de Soares em razão da venda de sua produção agrícola, cujo pagamento ocorreu por meio de um cheque. Ocorre que Aguiar não recebeu o valor constante no cheque, deixando passar 4 anos da data da emissão, de modo que o cheque, agora, encontra-se prescrito. Considerando o caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) Como o cheque está prescrito, o credor somente poderá tentar reaver o valor nele consignado por meio de ação de cobrança.
- B) O credor poderá buscar a obtenção do valor consignado no cheque, ingressando com ação monitória em face de Soares.
- C) O credor deverá protestar o cheque e, posteriormente, ingressar com ação de execução de título extrajudicial ou de cobrança.
- D) O credor não poderá demandar em face de Soares, em razão da prescrição do seu título executivo.
- E) Como o cheque é título executivo, o credor pode ingressar com ação de execução de título extrajudicial.

**QUESTÃO 32** – Ana, residente em Florianópolis, deseja impetrar uma ação de indenização por danos morais sofridos por sua filha, Maria, de 5 anos de idade, durante uma festa de aniversário na cidade de Porto Alegre/RS, pela dona da residência, que tem domicílio na capital do Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao local em que deve ser proposta a ação pelo representante legal de Maria, assinale a alternativa correta.

- A) O foro deve ser, necessariamente, Florianópolis, local de residência de Ana.
- B) A ação deve ser interposta no foro de Porto Alegre/RS.
- C) A escolha do foro recai, por força de lei, à parte autora.
- D) Independentemente do local em que seja interposta a ação, desde que uma das partes lá resida ou tenha residido, o juiz deverá julgar o mérito.
- E) Segundo jurisprudência do STF, cabe ao réu decidir o foro de interposição da ação de indenização por danos morais.

**QUESTÃO 33** – Um cidadão, cuja causa era patrocinada pela Defensoria Pública, teve sua ação julgada à revelia em razão da perda de prazo processual por parte do defensor público. Sobre o caso em questão, assinale a alternativa correta.

- A) O julgamento à revelia é indevido, visto que o defensor tem prazo atípico para manifestar-se no processo.
- B) O defensor deve ser responsabilizado de forma solidária com o Poder Público, independentemente de culpa ou dolo.
- C) O julgamento à revelia deve preceder, invariavelmente, de parecer favorável do Ministério Público.
- D) Caso tenha perdido dolosamente o prazo, o membro da Defensoria Pública poderá ser civil e regressivamente responsabilizado.
- E) Apenas a Defensoria Pública responde pelos atos de seus membros, sendo incabível ação de regresso.

**QUESTÃO 34** – Adriana ajuizou ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos em face do médico João em razão do insucesso de uma cirurgia plástica no nariz. O juiz competente da comarca de Florianópolis considerou que a petição era inepta, em razão de não decorrer logicamente a conclusão da narração dos fatos. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta sobre o tipo de recurso que Adriana deverá interpor.

- A) Apelação, e o juiz poderá, no prazo de cinco dias, retratar-se do ato que indeferiu a petição inicial.
- B) Apelação, sendo que os autos serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem a necessidade de citação de João para apresentação das contrarrazões.
- C) Agravo de Instrumento, existindo a precisão legal de retratação do magistrado, no prazo de 5 dias.
- D) Apelação, sendo que os autos serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina após o juízo de admissibilidade e citação de João para apresentação das contrarrazões.
- E) Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, com objetivo que o juiz reconsidere sua decisão.

#### DIREITO PENAL

**QUESTÃO 35** – No dia 10 de janeiro de 2024, às 7h da manhã, na rua Alfa nº 001, Jairo, com 20 anos à época do fato, transportava e trazia consigo 1 kg de maconha substância entorpecente e em desacordo com a legislação, para fins de comércio. Após denúncia do Ministério Público e instrução da ação penal, Jairo foi condenado pelo delito de tráfico de drogas. Jairo confessou espontaneamente o crime em audiência de instrução e julgamento. Para o cálculo da pena, foi considerado o fato de Jairo ser primário, ostentar bons antecedentes criminais, bem como não haver nos autos elementos que indicassem sua dedicação às atividades criminosas ou, ainda, que fosse integrante de facção criminosa. Com base na situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) Considerando que Jairo confessou o crime, deverá o juiz reduzir a pena na terceira fase do cálculo, em face da minorante da confissão espontânea.
- B) O fato de Jairo ser primário é uma causa de diminuição de pena (minorante), aplicável na terceira fase do cálculo dosimétrico.
- C) Os bons antecedentes de Jairo poderão atenuar sua pena na segunda fase do cálculo da pena.
- D) O crime de tráfico de drogas, por ser equiparado a hediondo, não permite a aplicação da minorante da confissão espontânea.
- E) Considerando que Jairo é primário, ostenta bons antecedentes criminais, bem como não há nos autos elementos que indiquem sua dedicação às atividades criminosas ou, ainda, que seja integrante de facção criminosa, é cabível, no caso, o reconhecimento da minorante do tráfico privilegiado.

**QUESTÃO 36** – Segundo o Código Penal Brasileiro, a execução da pena privativa de liberdade, não superior a \_\_\_\_ anos, poderá ser suspensa, por \_\_\_\_\_ anos, quando atendidos os requisitos legais.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) 02 – 01 a 04
- B) 02 – 02 a 04
- C) 02 – 03 a 05
- D) 03 – 02 a 04
- E) 03 – 03 a 05

**QUESTÃO 37** – João e Maria são casados. Na noite em que comemoravam seu décimo aniversário de casamento, João organizou um jantar romântico para o casal. Após o jantar, enquanto estavam na sala bebendo vinho, o celular de Maria tocou, e ela recusou a chamada, dizendo se tratar de ligação de telemarketing. Segundos depois, o celular tocou novamente, o que irritou João, que tentou tomar o celular de Maria para que ver quem estava ligando para ela tão tarde da noite. Maria esquivou-se da investida de João, o qual, movido por raiva e ciúmes, desferiu socos no rosto e chutes nas pernas de Maria, que caiu no chão, oportunidade em que João conseguiu pegar o celular e fugir do local. Debilitada, a ofendida conseguiu pedir ajuda aos vizinhos, os quais escutaram os gritos e a briga, bem como puderam ver João saindo em disparada do local. A polícia foi chamada e Maria registrou ocorrência policial, relatando as agressões e informando que João sempre fora muito ciumento, que controlava suas ações, não a deixava sair sozinha com suas amigas e sempre pedia para ver as mensagens de aplicativos e o histórico de chamadas, mas que nunca havia agredido-a fisicamente. Devido à escalada da violência, Maria pediu a fixação de medidas protetivas de urgência, as quais foram deferidas pelo Juízo plantonista da cidade, que determinou o afastamento de João do lar, bem como que ele deveria manter uma distância mínima de 300 metros de Maria e, ainda, não poderia contatá-la por nenhum meio, inclusive meios eletrônicos, tampouco por intermédio de terceiros. João foi devidamente intimado das medidas protetivas no dia seguinte aos fatos. Maria foi levada pelos policiais ao hospital, tendo o médico atestado a presença de lesões no rosto e nas coxas, decorrentes de agressão física. Uma semana depois, após o arrefecimento dos ânimos, João contactou Maria através de mensagens, tendo sido ignorado por ela, o que o deixou com muita raiva, a ponto de ir até o seu local de trabalho na tentativa de reatar o casamento. Maria, decidida a não retomar a relação amorosa, não autorizou a entrada de João no prédio, o que o levou a ter um ataque de fúria e esbravejar no saguão do prédio, em alto e bom tom, que se Maria não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém, porque ele a mataria e depois cometeria suicídio. João ainda ofendeu a integridade de Maria, chamando-a de “vagabunda” e “vadia”, o que foi ouvido por colegas de Maria, os quais, posteriormente, relataram a ela o ocorrido. Ainda que intimada, Maria não compareceu na perícia agendada a fim de que o perito oficial pudesse avaliá-la e, com isso, elaborar o laudo pericial de lesões. Com base no caso hipotético acima narrado, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Nos termos da Lei Maria da Penha, o relato de Maria, dando conta de que João não a deixava sair sozinha com suas amigas e sempre pedia para ver as mensagens de seus aplicativos, bem como o histórico de chamadas, configura violência psicológica.
  - II. Eventual responsabilização criminal de João pelas ameaças de morte direcionadas à Maria permite a aplicação de pena em dobro em caso de condenação por este crime.
  - III. Sendo o crime de lesão corporal um crime que deixa vestígios, o não comparecimento de Maria para a realização da perícia impede que João seja responsabilizado pelo delito em questão, ante a ausência de prova da materialidade delitiva.
  - IV. Os xingamentos proferidos por João em desfavor de Maria, chamando-a de “vagabunda” e “vadia” em seu local de trabalho, configuram, em tese, crime de injúria.
- A) Todas as assertivas estão corretas.  
B) Todas as assertivas estão incorretas.  
C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  
D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.  
E) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 38** – No dia 10 de janeiro de 2019, às 7h da manhã, na rua Topázio nº 001, João, com 20 anos à época do fato, transportava e trazia consigo 350 pedras de *crack*, substância entorpecente e em desacordo com a legislação, para fins de comércio. Após denúncia do Ministério Público, que foi recebida em 13 de janeiro de 2022, o feito foi regularmente instruído, tendo João sido condenado pelo delito de tráfico de drogas a uma pena de 01 ano e 11 meses de reclusão, em regime aberto. A sentença foi publicada em 15 de janeiro de 2025. O Ministério Público não recorreu, tendo a sentença transitado em julgado para a acusação. Com base na situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A pretensão punitiva estatal encontra-se fulminada pela prescrição, uma vez que transcorridos mais de dois anos entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia.
- B) A pretensão punitiva estatal não se encontra atingida pela prescrição no caso.
- C) A pretensão punitiva estatal encontra-se fulminada pela prescrição, uma vez que transcorridos mais de dois anos entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória.
- D) A pretensão punitiva estatal encontra-se fulminada pela prescrição, uma vez que transcorridos mais de seis anos entre a data do fato e a data da publicação da sentença condenatória.
- E) O recebimento da denúncia interrompe a contagem do prazo prescricional, não havendo que se falar em prescrição da pretensão punitiva no caso, uma vez que a pena máxima do delito, fixada em 15 anos, prevê prazo prescricional abstrato de 30 anos.

**QUESTÃO 39** – Sobre os princípios constitucionais penais, relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando cada princípio ao conceito jurídico que melhor o define.

#### Coluna 1

1. Princípio da intranscendência.
2. Princípio da irretroatividade.
3. Princípio da individualização.
4. Princípio da última *ratio*.
5. Princípio da alteridade.

#### Coluna 2

- ( ) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- ( ) Ninguém pode ser penalmente punido se não causar dano a outrem.
- ( ) Cada crime será tratado como único, respeitando-se as peculiaridades de cada caso, a fim de evitar a padronização penal.
- ( ) O Direito Penal só deve preocupar-se com a proteção dos bens jurídicos relevantes e lesivos para a sociedade.
- ( ) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 4 – 2 – 5 – 3.
- B) 5 – 1 – 3 – 4 – 2.
- C) 4 – 1 – 2 – 3 – 5.
- D) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.
- E) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.

**QUESTÃO 40** – Com base na jurisprudência repetitiva do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre o crime de tráfico de drogas, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006) é crime equiparado a hediondo.
- ( ) É vedada a utilização de inquéritos e/ou ações penais em curso para impedir a aplicação da minorante do tráfico privilegiado prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.
- ( ) A quantidade expressiva de drogas e a natureza da droga podem, ainda que isoladamente, ser utilizadas pelo julgador para justificar o afastamento da minorante do tráfico privilegiado.
- ( ) A natureza e a quantidade da droga apreendida podem ser utilizadas para exasperar a pena base, e, ainda, servirem como causa moduladora da fração da minorante sem que isso represente *bis in idem*, porquanto aplicadas em fases distintas da pena.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F – F.
- B) F – V – V – V.
- C) V – F – V – F.
- D) F – V – F – V.
- E) V – F – F – F.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**QUESTÃO 41** – João, atualmente em cumprimento de pena no regime fechado, postulou junto ao juízo da execução a concessão de livramento condicional. Após ouvir o Ministério Público, o Juiz responsável pelo caso, em decisão motivada, negou o benefício sob o argumento de que não implementado o requisito temporal necessário à concessão. Com base no caso hipotético descrito, o recurso cabível para buscar a reforma da decisão é o \_\_\_\_\_, que deverá ser interposto no prazo de \_\_\_ dias.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) agravo – 10
- B) recurso em sentido estrito – 05
- C) *habeas corpus* – 05
- D) agravo – 05
- E) recurso em sentido estrito – 10

**QUESTÃO 42** – João foi denunciado pelo Ministério Público de Santa Catarina como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, I (paga ou promessa de recompensa) e IV (emboscada). Segundo constou da denúncia, no dia 10 de janeiro de 2024, João, mediante paga ou promessa de recompensa, matou José. O crime foi cometido por meio de emboscada, vez que a vítima foi atraída para o local do crime com o pretexto de negociar compra e venda de um carro. A denúncia foi recebida, tendo o feito sido devidamente instruído. Ao final da instrução da primeira fase do procedimento do júri, o magistrado responsável pelo processo entendeu pela presença de prova da materialidade do crime, bem como pela presença de indícios de autoria, motivo pelo qual pronunciou o acusado para julgamento pelo conselho de sentença. No que se refere às qualificadoras, a decisão de pronúncia afastou a qualificadora do inciso IV (emboscada), porquanto entendeu a qualificadora como manifestamente improcedente. Com base no caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

- A) Caso o Ministério Público decida recorrer da decisão, visando ao restabelecimento da qualificadora da emboscada, deverá interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- B) Caso o Ministério Público decida recorrer da decisão, visando ao restabelecimento da qualificadora da emboscada, deverá interpor recurso de apelação, no prazo de 05 dias.
- C) Caso o Ministério Público decida recorrer da decisão, visando ao restabelecimento da qualificadora da emboscada, deverá interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- D) Tratando-se da decisão de pronúncia de mero juízo de admissibilidade da acusação, caso o Ministério Público deseje a reforma parcial da decisão, visando ao restabelecimento da qualificadora da emboscada, deverá apresentar petição simples ao próprio Juiz prolator da decisão.
- E) A defesa de João poderá recorrer da decisão de pronúncia por meio da interposição de recurso de apelação, cujo prazo é de 10 dias.

**QUESTÃO 43** – Com base no que dispõe o Código de Processo Penal (CPP) sobre a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Maria foi presa em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. Em audiência de custódia, o flagrante foi homologado e a prisão foi convertida em preventiva, uma vez que o magistrado entendeu que presentes os requisitos legais. Passados dois dias, a defesa de Maria peticionou nos autos, argumentando que a flagrada é mãe de dois filhos menores de idade, um com 13 e outro com 14 anos, ambos seus dependentes diretos, sendo Maria a única responsável pelos cuidados dos infantes. Nessa situação, e considerando se tratar de crime cometido sem violência ou grave ameaça, o CPP autoriza o Juiz a substituir a prisão preventiva de Maria por prisão domiciliar.
- ( ) João, com 75 anos de idade, foi preso em situação de flagrante delito pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e com numeração suprimida. O flagrante foi homologado, e a prisão foi convertida em preventiva. Nesse caso, considerando a idade avançada do acusado, a lei autoriza o Juiz a substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar.
- ( ) Pedro é pai de Paulo, que tem apenas 11 anos de idade. A mãe de Paulo faleceu em decorrência de um acidente de trânsito ocorrido logo após o seu nascimento. Os avós, paternos e maternos, também são falecidos, de modo que Pedro é o único responsável pelos cuidados de Paulo. Certa feita, Pedro foi preso em flagrante trazendo consigo expressiva quantidade de entorpecentes. O flagrante foi devidamente homologado, e a prisão preventiva foi decretada. No presente caso, o CPP autoriza a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ficando a critério do Juízo a imposição ou não de outras medidas cautelares diversas de forma cumulativa à prisão domiciliar, como, por exemplo, a monitoração eletrônica.
- ( ) Maria, gestante, foi presa em flagrante pelo delito de roubo, delito este cometido mediante uso de ameaça e violência a pessoa. O flagrante foi homologado, e a prisão preventiva foi decretada. No caso, dada a condição de gestante da flagrada, o Juiz poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – F.
- B) F – F – V – F.
- C) F – V – F – V.
- D) V – V – V – V.
- E) V – F – V – F.

**QUESTÃO 44** – Nos termos do CPP, dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. Sobre o *habeas corpus*, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A coação à liberdade de locomoção considerar-se-á ilegal quando quem a ordenar não tiver competência para fazê-lo.
  - II. No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
  - III. O *habeas corpus* é ato privativo de advogado, comportando uma única exceção, a saber, quando impetrado por pessoa em seu próprio favor.
  - IV. Não se admite *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
  - B) Todas as assertivas estão incorretas.
  - C) Apenas a assertiva I está correta.
  - D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 45** – A revisão criminal se presta a revisar processos criminais findos. Sobre a revisão criminal e com base no que dispõe o CPP, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. A propositura de revisão criminal é ato privativo de advogado com poderes específicos para tal.
  - II. No caso de morte do réu, a revisão criminal poderá ser proposta pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
  - III. A revisão criminal pode ser proposta pelo Ministério Público caso surjam novas provas aptas a modificar a sentença ou o acórdão absolutório a ser revisto.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
  - B) Todas as assertivas estão incorretas.
  - C) Apenas a assertiva II está correta.
  - D) Apenas a assertiva III está correta.
  - E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

**QUESTÃO 46** – Segundo entendimento do STF, a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados:

- A) Desde que a pena imposta seja superior a 10 anos de reclusão.
- B) Desde que a pena imposta seja superior a 15 anos de reclusão.
- C) Desde que a pena imposta seja superior a 20 anos de reclusão.
- D) Independentemente do total da pena aplicada, desde que o regime fixado seja o fechado.
- E) Independentemente do total da pena aplicada.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**QUESTÃO 47** – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os fundamentos, objetivos ou princípios da República Federativa do Brasil às suas descrições, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

### Coluna 1

- 1. Fundamento(s).
- 2. Objetivo(s) fundamental(is).
- 3. Princípio(s).

### Coluna 2

- ( ) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- ( ) Prevalência dos direitos humanos.
- ( ) Garantia do desenvolvimento nacional.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 3 – 2.
- B) 1 – 2 – 3.
- C) 2 – 3 – 1.
- D) 3 – 2 – 1.
- E) 3 – 1 – 2.

**QUESTÃO 48** – Podem propor, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a Ação Direta de Inconstitucionalidade, EXCETO:

- A) Mesa do Senado Federal.
- B) Governador de Estado.
- C) Partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional.
- D) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**QUESTÃO 49** – Em relação ao que prevê a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- B) Compete, originariamente, ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o *habeas corpus* quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância.
- C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- D) Promover a Ação Civil Pública é uma das funções institucionais do Ministério Público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- E) Compete, originariamente, ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.

**QUESTÃO 50** – Sobre os Direitos Políticos previstos na Constituição Federal de 1988, analise a sentença abaixo:

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito **(1ª parte)**. O militar alistável é elegível, dentre outras condições, se contar mais de 10 anos de serviço, e deverá afastar-se da atividade **(2ª parte)**. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 20 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
- E) Todas as partes.

**QUESTÃO 51** – Sobre a Defensoria Pública, conforme previsão da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais da Defensoria Pública, em especial, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, demais dispostos previstos na Constituição Federal de 1988.
- III. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa em grau judicial excetuando-se a de cunho extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Todas as assertivas estão incorretas.
- C) Apenas a assertiva I está correta.
- D) Apenas a assertiva II está correta.
- E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

**QUESTÃO 52** – Na forma da Constituição Brasileira de 1988, são brasileiros \_\_\_\_\_ os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Ainda, são brasileiros \_\_\_\_\_ os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. Ainda, tem-se por brasileiros \_\_\_\_\_ os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) naturalizados – natos – naturalizados
- B) natos – naturalizados – natos
- C) natos – natos – natos
- D) naturalizados – naturalizados – naturalizados
- E) naturalizados – natos – natos

**QUESTÃO 53** – Em relação às disposições gerais do Poder Judiciário previstas na Constituição Federal de 1988, analise a sentença abaixo:

Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação **(1ª parte)**. Somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público **(2ª parte)**. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, preferencialmente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

- A) Apenas a 1ª parte.
- B) Apenas a 3ª parte.
- C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- D) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
- E) Todas as partes.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**QUESTÃO 54** – Julieta é usuária de serviço público, regulado pela Lei nº 13.460/2017, e teve interrompido o serviço prestado pela concessionária de energia elétrica, sem prévio aviso, em uma sexta-feira. Em contato com a concessionária, foi informada de que a suspensão do serviço se deu por inadimplemento de fatura de consumo. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) É devida a taxa de religação, pela consumidora, considerando o inadimplemento da fatura de consumo.
- B) A suspensão do serviço poderia ter ocorrido, não fosse a ausência de aviso prévio.
- C) A suspensão do serviço pode ser realizada às sextas-feiras, mas não em sábado ou domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado.
- D) A suspensão do serviço, por inadimplemento, sem aviso prévio, ensejará a aplicação de multa à concessionária, conforme regulamentação.
- E) A comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será desligado em virtude de inadimplemento deve indicar o dia a partir do qual será realizado o desligamento, que poderá ocorrer a qualquer hora do dia.

**QUESTÃO 55** – Conrado acredita que seus dados pessoais estão sendo tratados pela Farmacêutica Pill Ltda. a despeito de alcançada a finalidade para a qual concedido o consentimento e encerrado o período de tratamento, originalmente autorizado, sendo mantidos para fins de estudo por órgão de pesquisa, após anonimização. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, vedada sua conservação para qualquer finalidade.
- B) Apesar de autorizada a conservação para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, mesmo anonimizados, é vedada a manutenção dos dados para fins de estudo por órgão de pesquisa, ainda que anonimizados.
- C) A manutenção dos dados é regular, pois a lei expressamente autoriza a manutenção dos dados para fins de estudo por órgão de pesquisa, uma vez anonimizados.
- D) Ainda que autorizado o tratamento de dados para fins de estudo por órgão de pesquisa, desde que anonimizados, o encerramento do período de tratamento exige sua eliminação.
- E) Verificado que a finalidade de tratamento foi alcançada, é vedada a conservação dos dados, em qualquer hipótese.

**QUESTÃO 56** – Na forma da Lei nº 12.527/2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Considerando tais premissas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- B) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
- C) Os titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista têm competência, na administração pública federal, para classificação do sigilo de informações no grau de secreto.
- D) Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.
- E) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

**QUESTÃO 57** – De acordo com a Lei Estadual nº 6.745/1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, analise as assertivas abaixo:

- I. A jornada normal de trabalho poderá ser reduzida até a metade, com a proporcional redução da remuneração, sempre que essa medida se mostrar necessária no caso de funcionário estudante e de outras situações especiais.
- II. O regime de trabalho dos funcionários públicos do Estado, sendo omissa a especificação de cargo, é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cumpridas em dias e horários próprios, observada a regulamentação específica.
- III. Nos dias úteis, só por determinação da autoridade competente poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou serem suspensos os seus trabalhos.
- IV. É permitida a prestação de serviço extraordinário, que não está sujeito à limitação de carga horária semanal, não podendo ultrapassar 120 (cento e vinte) horas semestrais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas III e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 58** – De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 491/2010 de Santa Catarina, que regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar em âmbito estadual, analise as afirmações abaixo:

1. A sindicância é o meio de que se utiliza a Administração Pública para, sigilosa ou publicamente, com sindicatos ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas, ocorrentes no serviço público.
2. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
3. Todas as autoridades administrativas, civis ou militares, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.
4. É vedado o uso da prova emprestada no processo administrativo disciplinar.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

- A) 03.
- B) 05.
- C) 06.
- D) 08.
- E) 10.

### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

**QUESTÃO 59** – Analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) A tutela de direitos coletivos compreende a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo.
- ( ) A tutela coletiva de direitos compreende a Ação Civil Coletiva e o Mandado de Segurança Coletivo.
- ( ) Os direitos difusos são divisíveis.
- ( ) Os direitos individuais homogêneos comportam a substituição e a representação processual.
- ( ) A Ação de Improbidade Administrativa está inserida na tutela coletiva de direitos homogêneos (divisíveis).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F – V – F.
- B) F – V – V – F – V.
- C) F – F – V – F – V.
- D) V – V – V – V – F.
- E) V – F – F – V – F.

**QUESTÃO 60** – A ação civil pública é uma espécie de tutela de direitos coletivos e tem previsão na Lei nº 7.347/1985. Com relação a tal procedimento especial, analise as assertivas a seguir, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Apenas fornece o provimento jurisdicional de cunho condenatório.
- ( ) Segundo o art. 5º da Lei nº 7.347/1985, a legitimidade ativa se dá em regime de representação processual por meio de órgãos e entidades com representatividade adequada para a tutela dos direitos.
- ( ) A decisão do STF, que julgou o Tema 1075 no caso RE 1.101.937, restabeleceu a regra geral de que as sentenças em ações civis públicas têm validade em todo o território nacional, nos limites da competência estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- ( ) Não há previsão de conversão da condenação para um Fundo de Direitos Difusos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F.
- B) F – F – V – V.
- C) F – V – F – V.
- D) V – V – V – F.
- E) V – V – F – V.

**QUESTÃO 61** – De acordo com as previsões do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), é direito básico do consumidor:

- A) Somente a reparação de danos patrimoniais (individuais, coletivos e difusos), mas não a prevenção.
- B) Ser informado de forma adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.
- C) Ser obrigado a aceitar produtos similares quando o contratado estiver indisponível no fornecedor.
- D) Assumir todos os riscos decorrentes do uso inadequado do produto, eximindo o fornecedor de responsabilidade.
- E) O devido processo legal em ação judicial, contudo sem a possibilidade de inversão do ônus da prova para facilitar a sua defesa.

**QUESTÃO 62** – O mandado de segurança coletivo corresponde a mecanismo de acesso à justiça para grupos que possuem interesses em comum e permite que uma entidade, em substituição processual, proteja esses direitos. Sobre tal ação, é correto afirmar que:

- A) Pode ser movida por partido político sem representação no Congresso Nacional.
- B) Não é necessário comprovar, de plano, que o direito violado é certo e não requer uma instrução probatória extensa para ser demonstrado.
- C) Quanto ao regime de substituição processual, as entidades atuam em nome próprio, mas em defesa de um grupo de pessoas (seus associados ou membros).
- D) A sentença fará coisa julgada ilimitadamente, não se restringindo aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- E) A liminar poderá ser concedida antes da audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

**QUESTÃO 63** – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), assinale a alternativa correta sobre a tutela jurídica do consumidor.

- A) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são considerados fornecedores quando prestam serviços ao público.
- B) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às pessoas jurídicas, ainda que sejam destinatárias finais do produto ou serviço.
- C) O consumidor não possui direito à reparação por danos morais decorrentes de relações de consumo, apenas por danos materiais.
- D) A responsabilidade do fornecedor por vícios do produto é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa.
- E) O Código de Defesa do Consumidor não prevê a inversão do ônus da prova em favor do consumidor em nenhuma hipótese.

### LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA DPE/SC

**QUESTÃO 64** – Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e com a Constituição do Estado de Santa Catarina.

- A) O texto original da CF/1988 não previa a existência da Defensoria Pública, incluída apenas pela Emenda Constitucional nº 80/2014.
- B) De acordo com a CF/1988, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios serão organizadas por lei ordinária, que também prescreverá normas gerais para a organização da instituição nos Estados.
- C) O §8º do artigo 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina estabelece vedações aos Defensores Públicos Estaduais, entre as quais se inclui o exercício de atividade político-partidária.
- D) Segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina, compete ao Governador, observados os prazos e os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, a elaboração da proposta orçamentária da Defensoria Pública Estadual.
- E) Nos termos da Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública apenas a unidade e a indivisibilidade.

**QUESTÃO 65** – Assinale a alternativa correta segundo as disposições da CF/1988, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Complementar nº 80/1994 e do entendimento firmado pelo STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 3.892 e 4.070.

- A) Nos termos da Lei Complementar nº 80/1994, a Defensoria Pública tem, entre seus objetivos, promover prioritariamente a solução judicial dos litígios.
- B) Além dos princípios institucionais previstos no artigo 134, §4º, da CF/1988, são também aplicáveis às Defensorias Públicas os princípios previstos no artigo 93, também da CF/1988, que versa sobre a Magistratura Nacional.
- C) No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 3.892 e 4.070, o STF decidiu pela constitucionalidade da redação original do artigo 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina, segundo a qual a Defensoria Pública será exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de Lei Complementar.
- D) Conforme disposto na Lei Complementar nº 80/1994, a organização da Defensoria Pública do Estado deve primar pela centralização.
- E) A Defensoria Pública do Estado pode atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade às regiões com menor adensamento populacional.

**QUESTÃO 66** – Considerando as disposições da Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública de Santa Catarina nº 132/2024, assinale a alternativa correta.

- A) As Resoluções que deflagram concursos públicos para ingresso na carreira de Defensora e Defensor Público do Estado deverão prever o respeito à paridade entre homens e mulheres no âmbito da composição apenas da banca examinadora.
- B) O conteúdo programático dos concursos para ingresso na Carreira de Defensor ou Defensora Pública do Estado poderá observar, facultativamente, o papel do Direito no enfrentamento da discriminação contra as mulheres.
- C) Entre as diretrizes da política de promoção dos direitos das mulheres no âmbito da Defensoria Pública de Santa Catarina, não está a interseccionalidade entre a discriminação de gênero e a discriminação decorrente de outros marcadores sociais correlacionados.
- D) Se houver contratação de instituição organizadora para o concurso público de ingresso na carreira de Defensora e Defensor Público do Estado de Santa Catarina, será desnecessário que a contratada observe na composição da banca examinadora a paridade de gênero.
- E) A busca de soluções pacificadoras no meio ambiente de trabalho é um dos princípios da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual, da Discriminação e da Violência Política da Defensoria Pública de Santa Catarina.

**QUESTÃO 67** – O estudo do acesso à justiça, especialmente do relatório geral elaborado por Bryant Garth e Mauro Cappelletti, é fundamental para aqueles que trabalharão na Defensoria Pública. Considerando os estudos desses autores, assinale a alternativa correta.

- A) Os autores indicam a existência de modelos combinados de assistência jurídica, ofertando tanto o atendimento por advogados servidores públicos quanto advogados particulares.
- B) Os referidos autores não mencionam a utilização de parajurídicos (assistentes jurídicos) como uma mudança possível no método de prestação dos serviços jurídicos.
- C) Entre as áreas do Direito que inspirariam a criação de mecanismos especializados para a sua garantia, encontram-se apenas os litígios referentes ao meio ambiente.
- D) Os autores sugerem a instituição de advogados de interesse público, verificados nos Estados Unidos da América, como uma possível solução para a problemática existente na tutela dos direitos individuais homogêneos por grupos de interesses instáveis.
- E) O modelo de Stuttgart, uma das inspirações para o processo civil cooperativo consagrado pelo Código de Processo Civil de 2015, não é referido como uma das possíveis reformas ao procedimento civil comum.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**QUESTÃO 68** – Com base na estrita literalidade do Art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que define as diretrizes da política de atendimento, assinale a alternativa que NÃO representa uma diretriz legalmente estabelecida.

- A) A municipalização do atendimento.
- B) A criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.
- C) A integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
- D) A manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais, que devem ser centralizados em um órgão gestor único para garantir a isonomia na distribuição dos recursos.
- E) A mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

**QUESTÃO 69** – De acordo com o Art. 5º da Lei nº 13.431/2017 – Escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, que estabelece os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente, assinale a alternativa que apresenta uma prerrogativa INCORRETA.

- A) A criança e o adolescente têm o direito de ser ouvidos e expressar seus desejos e opiniões, assim como o de permanecer em silêncio.
- B) As informações prestadas pela criança ou adolescente vítima devem ser tratadas confidencialmente, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal.
- C) É garantido à criança e ao adolescente receber prioridade absoluta e ter considerada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- D) As declarações feitas pela criança e pelo adolescente devem ser de acesso público e irrestrito, a fim de garantir a transparência e a ampla publicidade do processo.
- E) A criança e o adolescente devem ser protegidos contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de sua condição ou de seus pais ou representantes legais.

**QUESTÃO 70** – À luz dos princípios que regem a execução das medidas socioeducativas (Art. 35 da Lei do SINASE), a correta ponderação e aplicação conjunta dessas diretrizes implica que:

- A) A prioridade a práticas restaurativas (inciso III) pode justificar a aplicação de uma medida desproporcional à ofensa cometida (inciso IV), desde que tal medida atenda plenamente às necessidades da vítima.
- B) O princípio da excepcionalidade da intervenção judicial (inciso II), ao se referir à “imposição de medidas”, tem sua aplicação restrita à fase processual de conhecimento, não se aplicando à fase de execução da medida.
- C) A elaboração de um plano socioeducativo, em obediência à individualização (inciso VI), deve obrigatoriamente considerar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (inciso IX) como um elemento central para a sua eficácia, e não como um objetivo secundário.
- D) O princípio da legalidade (inciso I) exige que a medida socioeducativa seja sempre idêntica em natureza e duração à pena mínima que seria aplicada a um adulto pelo mesmo ato.
- E) O princípio da mínima intervenção (inciso VII) impõe que seja sempre aplicada a medida menos complexa e com menor estrutura de apoio, mesmo que o princípio da individualização (inciso VI) aponte para a necessidade de um acompanhamento mais robusto dadas as circunstâncias pessoais do adolescente.